

Sumário

Introdução	1
Capítulo I - Direitos Fundamentais do Paciente e Reforma Psiquiátrica	5
1.1 Direitos Fundamentais.....	5
1.2 A Dignidade enquanto axioma do ordenamento	8
1.3 A autonomia enquanto direito fundamental	15
1.4 Autonomia e capacidade.....	18
1.5 Direito à saúde mental e panorama histórico.....	21
1.6 Lei da Reforma Psiquiátrica	29
1.6.1 A Reforma da Reforma	32
Capítulo II - Políticas Públicas e Deveres da Administração Pública	37
2.1 Princípios orientadores da Administração Pública	37
2.1.1 Dos princípios expressos	40
2.1.2 Dos princípios reconhecidos	46
2.2 Políticas Públicas na Administração	50
2.3 Controle das Políticas Públicas e o papel do Ministério Público	55
2.4 Implementação das políticas públicas essenciais à autonomia do paciente	64

Capítulo III - Desinstitucionalização na Reforma Psiquiátrica e Improbidade do Administrador Público	71
3.1 Desinstitucionalização.....	71
3.2 Improbidade Administrativa.....	74
3.2.1 Atos que importam enriquecimento ilícito	78
3.2.2 Atos que causam prejuízo ao erário	80
3.2.3 Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública	82
3.3 Conduta ímproba e (des)institucionalização	85
3.3.1 Omissão do poder público e ofensa à dignidade	90
3.3.2 Prova do elemento subjetivo	94
3.4 Acordo na seara da improbidade, procedimento judicial e aplicação das sanções	102
Conclusão	113
Referências.....	117